

STJ00100625

Ricardo Negrão

(Ricardo José Negrão Nogueira)

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mestre e Doutorando em Direito Comercial (PUCSP).

Professor Universitário.

Manual de direito
comercial
de empresa &

Teoria Geral da Empresa
e Direito Societário

12ª edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curio

Gerência editorial Thais de Comargo Rodrigues

Editoria de conteúdo Eveline Gonçalves Denardi

Assistência editorial Bruno Gimenez Boani

Coordenação geral Clarissa Boraschi Mario

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Claudete da Fonseca Rebelo
 Ivane Rufino Calabria

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto
 Guilherme Henrique M. Salvador

Capa Roney Carmelo

Produção gráfica Marli Rompim

Impressão Geográfica

Acobamento Geográfico

ISBN 978-85-02-04182-0 obra completa

ISBN 978-85-02-62232-6 volume 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Negrão, Ricardo

Manual de direito comercial e de empresa, volume 1 :
 teoria geral da empresa e direito societário / Ricardo
 Negrão. – 12. ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Direito comercial 2. Direito empresarial I. Título.

14-12565 CDU-347.7
 -34-338.93

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito comercial 347.7
 2. Direito societário 34-338.93

Data de fechamento da edição: 5-12-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
 por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
 Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
 Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

196.856.012.001

964329

ÍNDICE

<i>Ao Leitor</i>	21
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DO COMÉRCIO E DO DIREITO COMERCIAL	
1.1. História do comércio e do Direito Comercial	25
1.2. Primeira fase (séculos XII a XVI) – mercados e trocas.....	26
1.3. Segunda fase (séculos XVII e XVIII) – mercantilismo e colonização	32
1.4. Terceira fase (século XIX) – liberalismo econômico	32
1.5. Quarta fase (atual) – Direito de Empresa	33
1.6. O projeto de nova codificação	34
CAPÍTULO 2 – FONTES DO DIREITO COMERCIAL	
2.1. O Direito Comercial como ramo do Direito	36
2.2. Fontes do Direito Comercial.....	39
2.2.1. Fontes primárias.....	40
2.2.2. Fontes secundárias.....	41
CAPÍTULO 3 – COMERCIANTE E ATOS DE COMÉRCIO	
3.1. Introdução	47
3.2. Origens históricas	48
3.3. Atos de comércio	51
3.4. Questões preliminares – a importância do estudo diante da Teoria da Empresa	52
3.5. Sistemas de classificação – a adotada por Carvalho de Mendonça.....	56
3.6. A qualidade de comerciante no sistema dos atos de comércio...	59
3.7. A qualidade de empresário na Teoria da Empresa.....	63
CAPÍTULO 4 – EMPRESA E EMPRESÁRIO	
4.1. Formação do conceito de empresa.....	64
4.2. Conceito jurídico de empresa.....	66

4.3. Aspecto subjetivo – o empresário	71
4.3.1. Espécies de empresários	73
4.3.2. Condições para o exercício da atividade empresarial	74
4.3.3. Pessoas impedidas de exercer a atividade	76
4.4. Aspecto objetivo: o estabelecimento	81
4.5. Aspecto funcional: a atividade econômica organizada	81
4.6. Natureza jurídica	82

CAPÍTULO 5 – PERFIL OBJETIVO DA EMPRESA – O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

5.1. Conceito	84
5.2. Noção	85
5.3. O conceito de Oscar Barreto Filho	93
5.4. Definição legal	94
5.5. Natureza jurídica	94
5.5.1. Doutrina histórica	94
5.5.2. Teorias modernas	97
5.6. Elementos componentes do estabelecimento empresarial	100
5.6.1. Outros elementos considerados pela doutrina	101
5.6.2. O bem imóvel	102
5.6.3. Outras classificações consideradas pela doutrina	103
5.7. Cessão de estabelecimento empresarial	104
5.8. Título de estabelecimento	107
5.9. Domicílio e estabelecimento principal	108

CAPÍTULO 6 – ASPECTOS DO ESTABELECIMENTO: O AVIAMENTO E A CLIENTELA

6.1. Noções	111
6.2. Aviamento real e aviamento subjetivo	113
6.3. A tutela legal do aviamento	114
6.4. Clientela	114
6.5. Freguesia	114
6.6. Proteção legal à clientela	116
6.7. Cessão de clientela	118
6.8. A disputa judicial entre o Conde Álvares Penteado, a Companhia Nacional de Tecidos da Juta e a Companhia Paulista de Aniagem ...	119
6.9. Cláusulas de interdição de concorrência	122

CAPÍTULO 7 – O PONTO EMPRESARIAL

7.1. Noções	125
7.2. Renovação de contrato de locação – conceito	126
7.3. Origens.....	127
7.4. Renovação compulsória – requisitos	127
7.5. Requisito processual	129
7.6. Aspectos processuais	130
7.7. Defesas.....	130
7.8. Direito a indenização	131

CAPÍTULO 8 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: PATENTES DE INVENÇÃO E DE MODELOS DE UTILIDADE

8.1. Código da Propriedade Industrial: níveis de atuação.....	133
8.2. Convenção da União de Paris e organismos internacionais.....	134
8.3. Natureza jurídica.....	136
8.4. Noções e conceitos	137
8.5. Requisitos	137
8.5.1. A licitude.....	138
8.5.2. A novidade	142
8.5.3. A industriabilidade.....	144
8.5.4. Originalidade (a atividade inventiva)	145
8.6. Exemplos	146
8.7. Patente.....	146
8.8. Processamento do pedido de concessão de patente	147
8.9. Cessão do pedido ou da patente.....	150
8.10. Licença voluntária.....	151
8.11. Licença compulsória	152
8.12. Invento de empresa	154
8.13. Invento livre ou do empregado.....	154
8.14. Invento comum, misto ou conexo	155
8.15. Quadro-resumo das espécies de invento, em relação a seu titular.	155
8.16. Extinção do privilégio.....	156

CAPÍTULO 9 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL

9.1. Noções.....	159
9.2. Requisitos.....	161
9.3. Registro.....	163

9.3.1. Prioridade e pedido	163
9.3.2. Exame formal.....	164
9.3.3. Processamento e decisão.....	165
9.3.4. Recurso	167
9.4. Certificado de registro.....	168
9.5. Proteção legal.....	168
9.6. Prazo para o exercício do direito	170
9.7. Extinção do registro.....	170
9.8. Cessão e direito de empregados.....	170

CAPÍTULO 10 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE MARCA E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

10.1. Conceitos.....	171
10.2. Funções das marcas.....	173
10.3. Classificações.....	174
10.4. Natureza jurídica.....	178
10.5. Requisitos	180
10.5.1. Sinais sem capacidade distintiva.....	181
10.5.2. Sinais que causam confusão ou engano – violem ou não direito protegido.....	184
10.5.3. Sinais que causam ofensa (inciso III)	192
10.5.4. Expressões afastadas da proteção (inciso VII)	192
10.6. Processo de concessão	194
10.6.1. Pedido	194
10.6.2. Exame formal preliminar.....	195
10.6.3. Oposições.....	196
10.6.4. Exame	196
10.6.5. Expedição de certificado.....	196
10.6.6. Resumo gráfico do procedimento de concessão de registro	197
10.6.7. Fluxograma do processo de registro	198
10.7. Direitos.....	199
10.8. Cessão de uso.....	200
10.9. Licença de uso e franquia	201
10.10. Extinção do registro	202

CAPÍTULO 11 – REGISTRO DE EMPRESA

11.1. Breve histórico	205
-----------------------------	-----

11.2. Finalidades do registro.....	206
11.3. Efeitos jurídicos.....	207
11.3.1. Efeitos jurídicos em relação à empresa individual de responsabilidade limitada e à sociedade empresária.....	209
11.3.2. Efeitos decorrentes da personalidade jurídica.....	210
11.3.3. A qualidade de comerciante e de empresário e o regis- tro de empresa.....	211
11.4. Órgãos do Registro de Empresa.....	212
11.5. Atos de registro.....	213
11.5.1. A matrícula.....	213
11.5.2. O arquivamento.....	215
11.5.3. A autenticação.....	216
11.5.4. Quadro-resumo.....	216
11.6. Proibições de arquivamento.....	218
11.7. Dispensa de registro.....	220
11.8. Simplificação de registro.....	220
11.8.1. Princípios legislativos: integração e articulação.....	220
11.8.2. Dinâmica procedimental.....	221

CAPÍTULO 12 – NOME EMPRESARIAL

12.1. Noções e definições.....	224
12.2. Natureza jurídica.....	225
12.2.1. O nome como direito de propriedade industrial.....	226
12.2.2. O nome como direito pessoal.....	227
12.2.3. O nome como direito pessoal derivado da concorrência desleal.....	228
12.2.4. A previsão constitucional.....	228
12.3. Distinções.....	229
12.4. Espécies.....	230
12.5. Direitos decorrentes do registro.....	231
12.6. Extensão da proteção do registro – o princípio da especiali- dade.....	233
12.7. Extensão da proteção do registro – o princípio da territoriali- dade.....	235
12.8. Colidência entre nome e marca – conclusões.....	236
12.9. Sistemas de formação do nome empresarial.....	237
12.10. Formação do nome.....	238
12.11. Nome empresarial de sociedade estrangeira.....	242
12.12. Alteração do nome empresarial.....	242

CAPÍTULO 13 – LIVROS EMPRESARIAIS

13.1. Noções	243
13.2. Princípios informadores.....	246
13.2.1. Fidelidade	246
13.2.2. Sigilo	246
13.2.3. Liberdade.....	249
13.3. Sanções penais decorrentes da ausência ou fraude na escrituração	249
13.3.1. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	250
13.3.2. Balanço omissivo ou com dados inexatos	250
13.3.3. Escrituração inexata, omissa ou adulterada e contabilidade paralela	251
13.3.4. Destruição de livros obrigatórios	252
13.4. Espécies de livros.....	253
13.5. Livro obrigatório comum.....	254
13.6. Livros obrigatórios especiais	256
13.7. Livros facultativos.....	257
13.8. Livros não empresariais obrigatórios.....	258
13.9. Requisitos dos livros	259
13.10. Livros obrigatórios e microempresa	259
13.11. Natureza jurídica dos livros	263
13.12. Valor probante dos livros – noções	264
13.13. Extensão da prova.....	264
13.14. A unidade dos lançamentos contábeis.....	267
13.15. A fé que se extrai dos livros mercantis.....	267
13.16. A recusa em apresentar os livros em Juízo.....	269

CAPÍTULO 14 – DIREITO SOCIETÁRIO – DAS SOCIEDADES EM GERAL

14.1. Noções.....	271
14.2. Personalidade jurídica.....	272
14.3. Efeitos da personalidade jurídica	273
14.4. Direitos da pessoa jurídica.....	275
14.5. Desconsideração da personalidade jurídica	276
14.6. Conceito de sociedade.....	278
14.7. Classificação das sociedades mercantis	280
14.8. Classificação das sociedades no sistema da empresarialidade.....	281
14.8.1. Sociedades não personificadas e personificadas	282

14.8.2. Sociedades simples e sociedades empresárias	282
14.8.3. Sociedades empresárias por natureza e empresárias por equiparação.....	282
14.8.4. Sociedades de pessoas e de capitais.....	282
14.8.5. Sociedades não identificadas por nome, identificadas por firmas, sociedades com denominação e sociedades com firma ou denominação	285
14.8.6. Sociedades dependentes de autorização	285
14.8.7. Sociedades nacionais e estrangeiras	286
14.8.8. Sociedade de capital fixo ou variável.....	288
14.8.9. Sociedades coligadas e não coligadas.....	289

CAPÍTULO 15 – RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE E DOS SÓCIOS – PRINCÍPIOS GERAIS

15.1. A responsabilidade das pessoas em geral.....	291
15.2. Responsabilidade primária e secundária.....	292
15.3. Unidade patrimonial do devedor.....	293
15.4. Unidade patrimonial – impenhorabilidade e estabelecimen- to empresarial	293
15.5. Unidade patrimonial e falência	294
15.6. Unidade patrimonial e a <i>pars conditio creditorum</i>	295
15.7. Responsabilidade dos sócios em decorrência da espécie socie- tária	297
15.8. Tipos ordinários de responsabilidade.....	299
15.9. Quadro dos diversos tipos de responsabilidade do sócio.....	301
15.10. Responsabilidade extraordinária dos sócios	302
15.11. Responsabilidade por violação das regras societárias.....	303
15.12. Responsabilidade por fraude no uso da personalidade jurídica..	304
15.12.1. Fraude decorrente de constituição de sociedade entre marido e mulher	306
15.12.2. Ausência de patrimônio da sociedade	308
15.13. Sócio que, agindo com culpa ou dolo, pratica atos que cau- sam prejuízos a terceiros.....	310

CAPÍTULO 16 – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: INGRES- SO, RETIRADA E FALÊNCIA

16.1. Outras situações de responsabilidade dos sócios solidários	313
--	-----

16.1.1. Sócio de responsabilidade ilimitada que ingressa por aumento do capital social e sócio que adquire cotas daquele que se retira.....	314
16.1.2. Sócio de responsabilidade ilimitada que se retira da sociedade antes da falência, cedendo ou não suas cotas sociais.....	316
16.1.3. Cláusula de exoneração.....	317
16.1.4. Falência e arrecadação de bens de sócios com responsabilidade ilimitada.....	318
16.1.5. Retirada e falência.....	320
16.2. Outras situações dos sócios de responsabilidade limitada.....	321
16.2.1. Responsabilidade pela integralização do capital.....	321
16.2.2. Responsabilidade limitada, porém excedente à mera integralização do capital social.....	323
16.2.3. Responsabilidade em caso de retirada.....	324
16.2.3.1. Responsabilidade em caso de retirada do sócio comanditário, na sociedade em comandita simples.....	324
16.2.3.2. Responsabilidade em caso de retirada do sócio cotista.....	324
16.2.3.3. Responsabilidade em caso de retirada do acionista.....	325
16.2.4. Responsabilidade em caso de ingresso.....	326
16.3. Resumo gráfico das responsabilidades por ingresso, retirada e falência.....	327

CAPÍTULO 17 – DA CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES EM GERAL – ASPECTOS COMUNS

17.1. Da constituição das sociedades em geral.....	328
17.2. Regras comuns aos contratos.....	328
17.3. Capacidade e ingresso de sócio menor no regime do Código Comercial.....	329
17.4. Capacidade e sócio menor no regime do Código Civil.....	331
17.5. Capacidade e consentimento.....	332
17.6. Objeto lícito.....	332
17.7. Objeto possível, determinado ou determinável.....	334
17.8. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	334
17.9. Requisitos específicos.....	335
17.9.1. Pluralidade de sócios.....	335

17.9.2. Constituição do capital social	336
17.9.3. <i>Affectio societatis (animus contrahendi societatis)</i>	337
17.9.4. Coparticipação nos lucros e perdas.....	338
17.10. Cláusulas essenciais	339
17.11. Cláusulas acidentais.....	341

CAPÍTULO 18 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS

18.1. Sociedades não personificadas.....	342
18.2. As sociedades irregulares – sociedades em comum.....	342
18.3. A sociedade em conta de participação	344
18.4. A sociedade em conta de participação no Código Civil.....	347

CAPÍTULO 19 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – A SOCIEDADE SIMPLES

19.1. Sociedades simples e sociedades empresárias	350
19.2. Objeto da sociedade simples	351
19.3. Contrato social	353
19.4. Inscrição do contrato.....	353
19.5. Direitos e obrigações dos sócios.....	354
19.5.1. Dever de contribuir	354
19.5.2. Dever de probidade na gestão financeira	355
19.5.3. Direito-dever de coparticipação nos lucros e perdas...	356
19.5.4. Direito de participar das deliberações.....	357
19.5.5. Direito de fiscalização	357
19.5.6. Direito de retirada.....	358
19.5.7. Direito de participar do acervo, em caso de liquidação....	359
19.6. Administração da sociedade simples	360
19.6.1. Qualidade pessoal do administrador.....	360
19.6.2. Incompatibilidades e impedimentos	362
19.6.3. Formas de exercício	365
19.6.4. Natureza das funções	366
19.6.5. Deveres do administrador	367
19.6.6. Substituição	368
19.6.7. Poderes.....	369
19.6.8. Abusos dos poderes gerenciais	370
19.7. Responsabilidade da sociedade perante terceiros	374
19.7.1. Liquidação de quota de sócio	374

19.8. Resolução da sociedade em relação a um sócio	375
19.8.1. Resolução em virtude de morte	375
19.8.2. Resolução em virtude de exclusão.....	375
19.9. Dissolução da sociedade	377
19.10. Quadro-resumo	378

CAPÍTULO 20 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – AS SOCIEDADES EM NOME COLETIVO, EM COMANDITA SIMPLES E DE CAPITAL E INDÚSTRIA

20.1. As sociedades comerciais no Código Comercial de 1850 – generalidades	379
20.2. A sociedade de capital e indústria.....	382
20.3. Sociedade em nome coletivo	384
20.3.1. Natureza dos sócios.....	386
20.3.2. Responsabilidade dos sócios	386
20.3.3. Execução realizada por credor particular	386
20.3.4. Limitação de responsabilidade entre os sócios	387
20.3.5. Nome empresarial	388
20.3.6. Administração da sociedade.....	388
20.4. Sociedade em comandita simples	389

CAPÍTULO 21 – DAS SOCIEDADES LIMITADAS

21.1. Breve histórico e principal característica	394
21.2. Limites da responsabilidade dos sócios	395
21.2.1. Responsabilidade pela integridade futura do capital	395
21.2.2. Solidariedade pela integralização de todo o capital.....	396
21.2.3. Solidariedade pela integralização somente em caso de falência	397
21.2.4. Responsabilidade solidária no Código Civil	399
21.3. Responsabilidade ordinária dos sócios	399
21.3.1. Responsabilidade pessoal pela integralização.....	399
21.3.2. Responsabilidade solidária pela integralização de todo o capital social.....	400
21.3.3. Responsabilidade pela retirada da sociedade estando integralizado o capital social	401
21.3.4. Responsabilidade pelo ingresso	401
21.4. Aspectos característicos da sociedade limitada	402
21.4.1. Diferenciações em relação à sociedade simples.....	404

21.4.2. Ingresso de incapazes	406
21.5. Quotas sociais – natureza e direitos decorrentes	407
21.5.1. Número e forma de divisão de quotas	408
21.5.2. Divisibilidade e comunhão	408
21.5.3. Cessão das quotas	409
21.5.4. Penhorabilidade das quotas	411
21.6. Administração social	411
21.6.1. Nomeação e remuneração	412
21.6.2. Destituição e renúncia	413
21.7. Conselho fiscal	414
21.7.1. Atribuições do conselho fiscal	414
21.7.2. Condições pessoais, impedimentos e vedações do membro do conselho fiscal	414
21.8. Deliberações dos sócios	415
21.8.1. Obrigatoriedade	415
21.8.2. Formas de deliberação	416
21.8.3. <i>Quorum</i> para deliberação	416
21.8.4. Assembleia de sócios	416
21.8.5. Responsabilidades	417
21.9. Aumento do capital social	417
21.10. Redução do capital social	418
21.10.1. Redução em virtude de inadimplência de sócio re- misso ou sua exclusão	418
21.10.2. Redução do capital em virtude de perdas irrepará- veis	419
21.10.3. Redução do capital em razão de ser excessivo	419
21.10.4. Redução do capital em razão de retirada de sócio	420
21.11. Resolução da sociedade em relação a sócios	420
21.11.1. Retirada voluntária de sócio	421
21.11.2. Exclusão de sócio	421
21.11.3. Dissolução parcial de pleno direito	423
21.11.4. Direito de recesso	423
21.12. Empresa individual de responsabilidade limitada	424
21.13. Quadro-resumo	426

CAPÍTULO 22 – DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

22.1. Origens das sociedades por ações	427
22.2. Características das sociedades por ações	430

22.3. Sociedade em comandita por ações	430
22.4. Constituição das sociedades por ações	434
22.4.1. Requisitos preliminares	434
22.4.2. Denominação social	435
22.4.3. Fundadores	436
22.4.4. Constituição por subscrição pública ou privada	437
22.4.5. Primeiros administradores	440
22.4.6. Estatutos	441
22.4.7. Número de sócios	441
22.4.8. Capital social	442
22.5. Classificação das sociedades por ações	447
22.5.1. Sociedades abertas e fechadas	447
22.5.2. Sociedade de economia mista	450
22.5.3. Sociedade anônima multinacional	451
22.6. Elaboração e divulgação de demonstrações financeiras	454
22.6.1. Princípios da periodicidade, da anualidade e da competência exclusiva	454
22.6.2. Demonstrações financeiras comuns	456
22.6.3. Demonstrações financeiras especiais	460
22.6.4. Companhias abertas – extensão de obrigações	460
22.6.5. Quadro-resumo	461
22.7. Sociedades de grande porte	461

CAPÍTULO 23 – AÇÕES, ACIONISTAS E VALORES MOBILIÁRIOS

23.1. Capital social e ações	462
23.2. Valores da ação	464
23.2.1. Valor nominal	465
23.2.2. Ações sem valor nominal	466
23.2.3. Valor patrimonial ou contábil	467
23.2.4. Valor de mercado ou bolsístico	467
23.3. Certificado de ações e agente emissor	467
23.4. Custódia de ações	469
23.5. Certificado de depósito de ações	469
23.6. Sistema único de custódia	470
23.7. Constituição de direitos reais sobre as ações – o penhor	471
23.7.1. Usufruto	472
23.7.2. Fideicomisso	472
23.7.3. Alienação fiduciária	472

23.8. Dividendos	473
23.9. Obrigações do acionista – noções	474
23.10. Acionistas – exercício de direitos e retirada.....	475
23.10.1. Acionista controlador.....	475
23.10.2. Acionista dissidente	475
23.10.3. Acionista minoritário e acordo de acionistas	477
23.11. Direitos essenciais do acionista	477
23.12. Outros valores mobiliários – noções.....	478
23.12.1. Debêntures.....	479
23.12.2. Partes beneficiárias	486
23.12.3. Bônus de subscrição	487
23.12.4. <i>Commercial papers</i>	488

CAPÍTULO 24 – ÓRGÃOS DA SOCIEDADE POR AÇÕES

24.1. Órgãos sociais – espécies	490
24.2. Assembleia geral	490
24.2.1. Competência exclusiva.....	491
24.2.2. Espécies de assembleia.....	495
24.2.3. <i>Quorum</i> de instalação e de deliberação.....	498
24.2.4. Funcionamento da assembleia.....	502
24.3. Disposições comuns aos administradores.....	502
24.4. Conselho de administração.....	504
24.5. Diretoria.....	507
24.6. Conselho fiscal.....	507

CAPÍTULO 25 – REORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES

25.1. Aspectos gerais.....	509
25.2. Diferenças entre os procedimentos e efeitos.....	511
25.2.1. Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão.....	512
25.2.2. Direitos dos credores na transformação e responsabilidade dos sócios.....	512
25.2.3. Responsabilidade dos sócios na incorporação, fusão e cisão.....	513
25.2.4. Direito de recesso	514
25.2.5. Responsabilidade dos sócios não dissidentes.....	515
25.2.6. Resumo das responsabilidades das sociedades e de seus sócios	515
25.3. Procedimento exigido na incorporação, fusão e cisão.....	516

25.4. Procedimento exigido na transformação	519
25.5. Grupos de sociedades	521
25.5.1. Grupo de fato.....	521
25.5.2. Grupo de direito	522
25.5.3. Consórcio	523
CAPÍTULO 26 – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES	
26.1. Dissolução das sociedades em geral	525
26.2. Resolução da sociedade em relação a um ou mais sócios	526
26.3. Dissolução total da sociedade	527
26.3.1. Dissolução extrajudicial.....	527
26.3.2. Dissolução judicial	531
26.4. Falência	533
26.5. Dissolução das sociedades de capitais	535
26.5.1. Dissolução de pleno direito	535
26.5.2. Dissolução por decisão judicial	537
26.5.3. Dissolução por ato administrativo	538
26.6. Do rito processual da dissolução judicial.....	539
26.6.1. Da legitimidade.....	539
26.6.2. Dissolução por iniciativa do Ministério Público.....	540
26.6.3. Do pedido inicial e rito processual	541
26.6.4. Nomeação e destituição do liquidante	541
26.6.5. Atribuições do liquidante	543
26.6.6. Do inventário e da partilha.....	545
26.6.7. Partilha	547
26.6.8. Liquidação de empresa individual	548
26.7. Liquidação extrajudicial.....	548
<i>Bibliografia</i>	549
<i>Índice Onomástico</i>	559
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	563